

Todos escrevem a ACM

■ Denúncias sobre Judiciário chovem sobre o senador

07 ABR 1995

DANIELLA SHOLL

BRASÍLIA — A bandeira pela moralização e agilização do Judiciário que o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) resolveu empunhar está levando à loucura o pessoal de seu gabinete: Denúncias chegam de todo o país, através de cartas, fax, telefonemas. Só cartas, são mais de mil. Os funcionários lêem cada uma e fazem uma seleção do que pode ser encaminhado como denúncia concreta. Foi assim que Antônio Carlos reuniu as 16 pastas contendo 17 denúncias contra o Judiciário, entregues na terça-feira à Mesa Diretora. “Essa foi a parte I. Vem aí, o Judiciário parte dois”, comenta um assessor.

“A repercussão é impressionante”, diz Antônio Carlos Magalhães, que espera que parta do Judiciário a iniciativa de se depurar. “É preciso que a Justiça seja mais ágil, que os prazos sejam cumpridos, que ela não seja só para os ricos”, defende. “Aqui no Legislativo nós temos a obrigação de contribuir para

esse processo.” Irritado, porque foi convocado pelo ministro Maurício Correia, do STF, a explicar as denúncias que fez no Senado contra o Judiciário, ACM diz que não irá depor: “Sou senador, tenho a obrigação de ir ao plenário denunciar abusos. Eu não dou essa ousadia de me convocarem”.

O JORNAL DO BRASIL teve acesso às pastas entregues por ACM à Mesa do Senado. São basicamente cartas contando casos como o de uma eleitora de Feira de Santana (BA), cujo processo de prova de paternidade de uma filha está parado há seis anos porque foi perdido pela Justiça. “Como 80% dos baianos que ainda não se acostumaram com o seu afastamento da Bahia, quero levar ao seu conhecimento a tremenda safadeza que está ocorrendo comigo, pobre e leiga”, escreve a eleitora.

Há muitos casos, como o do juiz da comarca de São João Nepomuceno (MG), que não mora na cidade. Quem assina as sentenças é o oficial de Justiça. Casos de nepotismo, denunciados por ACM em seu discurso, são amplamente respaldados em

denúncias como a enviada por uma entidade sindical do Maranhão, revelando que os oito juízes do TRT em São Luís empregam 46 parentes. Uma das pastas traz uma reportagem da revista *Isto É*, revelando que procuradores do Rio Grande do Sul, entre eles o ex-senador José Paulo Bisol, se beneficiaram de empréstimos da Caixa Econômica a juros de 2,8%, enquanto a sociedade, no mesmo período, pagava 20%.

Em relação ao STF, só há denúncia em uma pasta, relatando a ação de inconstitucionalidade movida pelo PT contra o decreto 177/91, que libera a exploração da telefonia celular por empresas privadas. Em fevereiro de 1992, o ministro Celso de Mello indeferiu a liminar ganha pelo PT, mas, conforme relata o senador na denúncia, o ministro Sepúlveda Pertence, pediu vistas do processo no dia 27 e até hoje não o devolveu.

“Por preguiça, indiferença ou corporativismo, ou por tudo isso junto, a Justiça não cumpre seu dever nem se depura”, critica o senador, que promete ir “longe” nessa briga.

JORNAL DO BRASIL